

“Projeto Acessibilidades”ⁱ em 15 Bibliotecas Municipais de Lisboa: principais conclusões

Ana Novo

Universidade Aberta, CIDEHUS/UÉ

novoana@sapo.pt

Resumo

O “Projeto Acessibilidades” foi desenvolvido entre setembro e dezembro de 2012 e pretendeu identificar as condições de acessibilidade física, comunicacional, de equipamento e de assistência personalizada em 15 bibliotecas do município de Lisboa. A triangulação dos diferentes tipos de dados recolhidos indica que as condições de acessibilidade ainda não existem em pleno na maioria das bibliotecas visitadas. Esta realidade compromete a livre utilização da biblioteca por todos mas deve ser salientado que para superar a maioria dos obstáculos foi notado um forte empenho da equipa da biblioteca para auxiliar as pessoas com diferentes tipos e graus de funcionalidade (deficientes, idosos, grávidas ou com crianças pequenas).

Palavras-chave: Acessibilidade, Bibliotecas Municipais, Lisboa, Portugal

“Accessibilities Project” in 15 Municipality Lisbon Libraries: main conclusions

Abstract

The “Accessibilities Project” was developed between September and December 2012 aiming to identify the physical, communicational, equipment and personalised assistance accessibility conditions at 15 libraries in the municipality

of Lisbon. The triangulation of all collected data indicates that accessibility conditions are still not in place in most of the visited libraries. This reality compromises the autonomous and free library use by everyone but it must be stressed that in order to overcome most of the obstacles it was noticed a strong staff commitment to assist and help people with different kinds and degrees of functionality (disabled, elderly, pregnant or with little children).

Keywords: Accessibility, Municipality Libraries, Lisbon, Portugal

Enquadramento

As boas práticas de acessibilidades devem considerar a diversidade humana que utiliza as bibliotecas, incluindo todos aqueles que experimentam ao longo da vida “alterações da sua funcionalidade”. Esta expressão contempla as pessoas portadoras de deficiência, com mobilidade, comunicação e orientação condicionada (permanente ou temporária), ou ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como são exemplo as grávidas, os idosos e os acompanhantes de crianças de colo.

No âmbito deste desígnio, o Projeto Acessibilidades Bibliotecas do Concelho de Lisboa foi desenvolvido considerando a acessibilidade como a possibilidade de fruição de um espaço que pode ser físico, da comunicação, dos equipamentos, mas também do sentir, do saber e do conhecimento (Fundação LIGA). A acessibilidade é, assim, um conceito que se relaciona com os valores próprios de uma sociedade justa e evoluída.

Projetar o ambiente com condições de acessibilidade é um pressuposto para a igualdade de oportunidades na participação em atividades económicas, sociais, culturais, de lazer e recreativas, e no acesso, utilização e compreensão do meio envolvente à diversidade dos cidadãos. Identificar as condições das diferentes formas de acesso e propor as melhorias conducentes à excelência de acessibilidade ao ambiente construído e do conhecimento é o âmbito deste projeto.

Com este objetivo, foram consideradas 15 bibliotecas do Concelho de Lisboa, designadamente a Rede de Bibliotecas Municipais que contempla a Biblioteca Municipal de Belém, a Biblioteca Municipal David Mourão – Ferreira, a Hemeroteca Municipal, a Biblioteca Municipal Maria Keil, a Biblioteca Municipal dos Olivais, a Biblioteca Municipal Penha de França, a Biblioteca Quiosque Jardim da Estrela, a Biblioteca-Museu República e Resistência, a Biblioteca Municipal S. Lázaro, a Biblioteca por Timor, a Biblioteca Municipal Camões, a Biblioteca Municipal dos Coruchéus, a Biblioteca Municipal Natália Correia, a Biblioteca Municipal Palácio Galveias, a Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro. No âmbito deste projeto, as últimas cinco bibliotecas referidas foram

consideradas casos de estudo, considerando a análise das condições existentes no âmbito da acessibilidade e respetivas recomendações de forma mais detalhada.

No campo do levantamento de informação e observação de boas práticas relativas às condições de acessibilidades das bibliotecas referidas foram fundamentais os testemunhos dos cidadãos utilizadores destes equipamentos, que transmitiram a experiência de quem se confronta com as contrariedades no terreno.

Relembre-se que o presente trabalho está circunscrito à Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa, no que concerne aos problemas e desafios de acessibilidades que envolvam o público que usufrui deste espaço, nas seguintes situações: acessos do exterior para o interior das bibliotecas (automóvel e pedonal), acessos interiores aos espaços públicos das bibliotecas.

As recomendações apresentadas tiveram como objetivo primordial a articulação entre as acessibilidades nos domínios físico, de equipamento, comunicacional e assistência personalizada e a preservação da imagem e identidade arquitectónica dos edifícios considerados. São recomendações de carácter não intrusivo com a intenção de não descaracterizar o património construído.

Síntese do levantamento e recomendações para obtenção das boas práticas

Domínio Físico

O estudo apresentado pretende avaliar as condições físicas de adequação da Rede de Bibliotecas Municipais às características e necessidades do conjunto formado pelos diferentes utilizadores que as frequentam.

A avaliação das condições físicas de acessibilidade do espaço permite, por um lado, verificar um conjunto de ações e intervenções já realizadas no sentido de ultrapassar as barreiras físicas existentes, e por outro, reconhecer aquelas que constituem ainda limitações à plena fruição do espaço construído. Em particular, salientam-se os impedimentos detetados a nível das escadas e rampas existentes, da ausência de meios de elevação mecânica, das instalações sanitárias e das condições de mobilidade interiores e exteriores resultantes dos revestimentos dos pavimentos e das condições de estacionamento para veículos destinados a pessoas com alteração da funcionalidade. A eliminação destas barreiras torna-se fundamental na promoção do conforto, autonomia, confiança e segurança individual e, simultaneamente, no respeito pela diversidade humana contribuindo para uma maior coesão social.

As recomendações que se apresentam orientam-se para a resolução física dos problemas detectados, procurando que as propostas de intervenções a executar respondam às exigências requeridas pela legislação em vigor e, simultaneamente,

reforcem as boas práticas já implementadas, apontem as necessárias correções às intervenções já realizadas e proponham acções que complementem as existentes. Foi ainda preocupação a proposta de soluções que melhorem a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, procurando a criação de mecanismos de orientação em espaços amplos, que promovam a autonomia e segurança do utilizador. A elaboração das recomendações teve sempre presente o valor arquitetónico e paisagístico do conjunto dos edifícios que constituem a Rede de Bibliotecas Municipais, exigindo um cuidado e ponderação acrescidos na sua proposta, para que se garanta a manutenção das suas características espaciais, construtivas e materiais, que contribuem para a unidade e sobriedade da solução.

Domínio do Equipamento

O estudo apresenta a avaliação das condições de acessibilidade e utilização do equipamento existentes nas bibliotecas municipais, por pessoas com alterações da funcionalidade. Avaliam-se os dispositivos fixos (balcões de atendimento, louças sanitárias, dispositivos de comando, entre outros), equipamentos móveis (máquinas de atendimento automático) e mobiliário (móveis expositores, cadeiras e sofás, entre outros).

A total acessibilidade e utilização dos equipamentos e mobiliário existentes constituem um importante contributo para a autonomia e confiança dos diferentes utilizadores na fruição dos espaços públicos das bibliotecas. A avaliação realizada permite identificar situações de desajustamento nos equipamentos destinados ao atendimento público (balcões) e à atividade de leitura (mesas e cadeiras) que inviabilizam a sua utilização por pessoas com cadeiras de rodas.

As recomendações apresentadas direccionam-se para a resolução dos problemas detetados, procurando que a solução a implementar mantenha as características do desenho original dos balcões, mantendo a integridade volumétrica e material do conjunto. No domínio dos equipamentos, propõe-se a conjugação da solução de acessibilidade com as recomendações do domínio físico, do domínio comunicacional e do domínio da assistência personalizada.

Domínio Comunicacional

A acessibilidade no domínio comunicacional representa a total possibilidade de aceder à informação seja ela visual, escrita, tátil ou sonora. É um conjunto de boas práticas com o objetivo de proporcionar as ideais condições de acolhimento, garantindo a melhor e mais rápida acessibilidade e cumprindo o objetivo não só de informar mas de o fazer com rigor, permitindo a livre fruição intelectual e autonomia física.

Um completo sistema gráfico deve abranger as funções estratégicas primordiais do domínio comunicacional num espaço: a de identificar, pelo nome e função do espaço; a de orientar e direcionar, propondo percursos e direções a tomar; e a de regular, responsável por informar o que é proibido ou permitido fazer num determinado espaço adquirindo uma função essencial de bom funcionamento desse mesmo espaço, e não somente a de fazer advertências.

O levantamento e análise das condições de acessibilidade da rede de bibliotecas municipal neste domínio permitiram verificar o afastamento das necessidades de rigor e clarividência de orientação no espaço e de identificação dos serviços disponíveis, comprometendo a circulação com autonomia e segurança e a livre fruição da informação e do conhecimento. Aliada à fragilidade da comunicação visual, a inexistência do sistema *Braille*, de um percurso tátil no pavimento e da tradução em língua gestual portuguesa, entre outros, condiciona a eficácia da acessibilidade no domínio comunicacional.

As recomendações apresentadas têm como objetivo a construção de um sistema visual de informação, direção e regulação complementado pelos outros meios de comunicação a nível áudio e tátil.

Domínio Assistência Personalizada

A assistência personalizada tem como objetivo o desenvolvimento de um serviço habilitado a apoiar o cliente de modo individualizado e personalizado, de forma a contribuir para a sua participação nos mais diversos aspetos da vida, designadamente na de âmbito cultural. Presentemente, o apoio a pessoas com alteração da funcionalidade é prestado pelos colaboradores das bibliotecas municipais.

Desta forma, as recomendações apresentadas têm como objetivo a qualificação dos recursos humanos dirigidos à assistência personalizada, dotando-os de competências para prestar o apoio físico, comunicacional e de orientação respetivamente a pessoas com condicionantes de mobilidade, com comprometimento da audição e com alterações das condições de visão. A formação especializada é uma estratégia importante para um atendimento de excelência promovendo o exercício da cidadania. A existência de uma zona identificada para a informação ao visitante é também primordial para o sucesso neste domínio.

Com as recomendações apresentadas, a assistência personalizada organizar-se-á como uma estrutura de suporte à pessoa com alteração da funcionalidade, assumindo um papel fundamental na conquista da sua autonomia.

Apresentação de dois casos de estudo

Biblioteca Municipal Natália Correia

A 8 de Março de 1998 foi atribuído o nome da escritora Natália Correia à antiga Biblioteca Municipal de Carnide, passando a designar-se Biblioteca Municipal Natália Correia (Fotografia 1), dedicada àquela que é uma figura incontornável da vida, da sociedade e da literatura portuguesa contemporânea. Local de estudo, de encontro e de lazer, a Biblioteca Municipal Natália Correia tem uma missão educativa e cultural, no sentido de conseguir uma participação real e efetiva junto da sua comunidade, visando dinamizar a leitura e incentivar o gosto pelo livro.

Domínio físico



Fotografia 1– BM Natália Correia: acessos do exterior para o interior

Análise das condições de acessibilidade (Fotografia 1): existe um lugar reservado a pessoas com alterações da funcionalidade. O acesso à porta de entrada pode ser feito por percurso de nível acessível, apenas com uma discreta inclinação e também através de escadas. O pavimento é em calçada portuguesa.

Recomendações para obtenção das boas práticas: não se aplica porque se encontram implementadas.

Domínio físico

Análise das condições de acessibilidade (Fotografia 2): na entrada principal existe um ressalto com cerca de 0,04m. A porta apresenta largura livre de cerca de 0,92m, cumprindo a legislação em vigor.

Recomendações para obtenção das boas práticas: todos os acessos aos diferentes espaços devem ser livres de obstáculos e eliminados os desníveis sempre que estes sejam superiores a 0,02m através de rampas.



Fotografia 2 – BM Natália Correia: acessos no interior

Domínio Equipamentos

Análise das condições de acessibilidade (Fotografia 3): no espaço de receção, o balcão de atendimento apresenta uma altura de cerca de 0,83m e sem zona rebaixada. Na zona de exposições, tanto o expositor existente como os painéis da parede apresentam altura elevada. No espaço de consulta e no espaço multimédia, as estantes têm uma altura superior a 1,25m. A altura das mesas apresenta um espaço inferior livre de 0,76m, situação que facilita a utilização por pessoas em cadeiras de rodas. No espaço infantil, as mesas apresentam altura e espaço inferior livre de 0,58m o que pode dificultar a utilização por crianças em cadeira de rodas. Na sala de apoio a atividades infantis, a bancada é composta por lavatório a 0,67m mas sem espaço inferior livre. A instalação sanitária para mulheres apresenta largura da porta adequada e bancada com lavatório sem coluna e altura livre de 0,66m. A sanita está em zona isolada com acesso através de porta de correr mas cujas dimensões são reduzidas para entrada e circulação de cadeira de rodas.



Fotografia 3 – BM Natália Correia: acessos no interior

Recomendações para obtenção das boas práticas: recomenda-se que a altura das estantes não ultrapasse 1,25m para proporcionar o acesso, com autonomia, à última prateleira da mesma. As instalações sanitárias destinadas a pessoas com alterações da funcionalidade devem ter pelo menos 2,20mx2,20m de dimensão interior e a largura de porta ser 0,80m quando aberta. Recomenda-se que o puxador da porta seja horizontal e que o lavatório não apresente coluna.

Domínio Comunicacional



Fotografia 4 – BM Natália Correia : acessos no interior

Análise das condições de acessibilidade (Fotografia 4): existência de sistema de informação de áreas temáticas com corpo de letra adequado mas contraste reduzido. Ausência de suporte de informação em *Braille* e audiovisual. Ausência de percurso de pavimento tátil.

Recomendações para obtenção das boas práticas: recomenda-se a adoção de um sistema gráfico de sinalização e informação com coerência estética, harmonia cromática e uniformidade de materiais utilizados. Deve ainda existir o complemento desta informação em suporte audiovisual e *Braille*. Recomenda-se ainda a implementação do pavimento tátil em sequência do percurso sugerido para o exterior. A implementação de um percurso de pavimento tátil deve ser pensada em articulação com a calçada existente.

Domínio Assistência Personalizada

Análise das condições de acessibilidade: na Biblioteca Municipal Natália Correia, os colaboradores prestam todo o apoio aos utentes que necessitam de superar barreiras no campo dos domínios físico, comunicação ou equipamento.

Recomendações para obtenção das boas práticas: a qualificação dos recursos humanos é um elemento estratégico para a certificação de competências, conferindo, no caso das bibliotecas, um atendimento mais especializado e personalizado. Recomenda-se a implementação de acções de formação a todos os colaboradores com funções de atendimento ao público, para a temática da assistência personalizada na área da mobilidade (questões relacionadas com a funcionalidade e com ajudas físicas específicas), da orientação (situações de apoio a pessoa com alterações da visão) e da comunicação (conhecimento da Língua Gestual Portuguesa).

Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro

O nome atribuído a esta Biblioteca Municipal é a merecida homenagem da Câmara Municipal de Lisboa ao notável geógrafo, Professor e Humanista que foi

Orlando Ribeiro. A Biblioteca apresenta soluções arquitetónicas contemporâneas e um novo modelo de serviço de bibliotecas, onde a atualidade da coleção e o recurso às tecnologias da informação e comunicação transformam o espaço num local privilegiado de descoberta, de cultura e de encontro.

Domínio físico



Fotografia 5 – BM Orlando Ribeiro: acessos do exterior para o interior

Análise das condições de acessibilidade (Fotografia 5): não existe parque de estacionamento reservado mas existe zona de estacionamento para viaturas nas imediações da biblioteca. A entrada é de nível com o passeio. O pavimento do passeio e da entrada principal é em calçada portuguesa e laje de granito. Na entrada principal existem rampas de acesso nas duas portas de entrada.

Recomendações para obtenção das boas práticas: recomenda-se a implementação, no exterior, em local de maior proximidade ao acesso da entrada, de parque de estacionamento com lugares reservados a pessoas com alterações da funcionalidade

Domínio físico



Fotografia 6 – BM Orlando Ribeiro: acessos no interior

Análise das condições de acessibilidade (Fotografia 6): a existência de elevador, rampas e plataforma elevatória, desde que em pleno funcionamento, garantem o acesso a todos os cidadãos aos pisos superiores da biblioteca. Há, no entanto, a

sinalizar a avaria da plataforma elevatória. Existem também três instalações sanitárias destinadas a pessoas com alterações da funcionalidade. A que se encontra no espaço infantil também está adaptada e tem fraldário. A do Piso 0 está adaptada com barras rebatíveis e lavatório sem coluna, mas sem dispositivo de alarme. O acesso à sala multiusos é realizado através de dois degraus e o acesso ao piso superior é feito por dois lances de escadas ou elevador. No bloco onde se encontra o auditório, existe zona de bar com mesas e cadeiras. O balcão do bar não apresenta zona rebaixada. O auditório está preparado para 146 lugares, dois dos quais são reservados a pessoas com deficiência e estão localizados no topo da sala.

Recomendações para obtenção das boas práticas: correção da avaria da plataforma elevatória e estabelecimento de plano de manutenção periódico.

Domínio Equipamentos



Fotografias 7 e 8 – BM Orlando Ribeiro: acessos no interior

Análise das condições de acessibilidade (Fotografia 7 e 8): o balcão da receção de atendimento é muito elevado e não apresenta zona rebaixada. O expositor da receção apresenta uma altura muito elevada e a estante mais baixa apresenta cerca de 1,30m de altura. Estão presentes em todas as salas, mesas, cadeiras e cadeirões adequados à diversidade dos utilizadores, com a exceção de algumas estantes que ultrapassam a altura desejável. No bloco onde se encontra o auditório, existe zona de bar com mesas e cadeiras. O balcão do bar não apresenta zona rebaixada.

Recomendações para obtenção das boas práticas: recomenda-se que os balcões apresentem uma altura que permita o acesso em situação de conforto. Estes equipamentos devem ter as seguintes dimensões: altura entre 0,75m e 0,85m, largura não inferior a 0,80m e espaço inferior livre com altura mínima de 0,65m. Recomenda-se ainda que a altura das estantes não ultrapasse o 1,25m para proporcionar o acesso com autonomia à última prateleira das mesmas.

Domínio Comunicacional

Análise das condições de acessibilidade: existência de comunicação de orientação no interior mas não contempla as pessoas com a visão comprometida. A sinalética colocada na parte de trás das portas compromete a sua visibilidade.



Fotografia 9 – BM Orlando Ribeiro: acessos no interior

Recomendações para obtenção das boas práticas: recomenda-se aplicação de piso tátil e sinalização em *Braille* que acompanhe e complemente a já existente. Sugere-se ainda a colocação da sinalética existente do lado oposto à abertura das portas e a conceção de folheto informativo sobre as boas práticas existentes (em suporte impresso, *Braille*, *largeprint* e *online*) para que os visitantes possam ter conhecimento das condições oferecidas.

Domínio Assistência Personalizada

Análise das condições de acessibilidade: na Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, os colaboradores prestam todo o apoio aos utentes que necessitam de superar barreiras no campo dos domínios físico, comunicação ou equipamento.

Recomendações para obtenção das boas práticas: recomenda-se a qualificação dos recursos humanos como elemento estratégico para a certificação de competências, conferindo um atendimento mais especializado e personalizado.

Conclusão

As recomendações referidas no domínio físico procuram, em primeiro lugar, responder às exigências requeridas pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto que aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. Salienta-se, no entanto, que o valor arquitetónico de uma parte significativa dos equipamentos da Rede das Bibliotecas Municipais de Lisboa exige um cuidado e ponderação acrescidos na sua avaliação, de modo a garantir a manutenção das suas características espaciais, construtivas e materiais, que contribuem para a unidade e sobriedade da solução.

O confronto entre esta exigência e as condições de acessibilidade que actualmente as bibliotecas apresentam, permite identificar algumas lacunas e desajustes relativamente ao domínio físico. Salienta-se, em particular, a inexistência, na maioria dos casos, de instalações sanitárias adaptadas e de meios mecânicos de elevação. As ténues condições de mobilidade exteriores e interiores resultam dos revestimentos dos pavimentos, designadamente em calçada no exterior e em alcatifa no interior, assim como a presença de ressaltos e desníveis. Sinaliza-se a quase inexistência de condições de estacionamento para veículos destinados a pessoas com alteração da funcionalidade.

As recomendações que se apresentam orientam-se, sempre que possível, para a resolução física dos problemas detetados a nível das acessibilidades, procurando que as propostas de intervenções a executar não alterem a espacialidade e materialidade existente. Nas situações em que se prevê que a intervenção a realizar poderá, de algum modo, descaracterizar a identidade do espaço, procura-se conjugar a solução da acessibilidade com as do Domínio Comunicacional e as do Domínio da Assistência Personalizada.

Para além das questões regulamentares, procura-se, nas recomendações apresentadas, a proposta de soluções que melhorem a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, procurando a criação de mecanismos de orientação em espaços amplos (pavimento e relevos táteis), que promovam a autonomia e segurança do utilizador.

Relativamente às sugestões apresentadas procura-se sugerir um conjunto de ações que, no seu conjunto, complementam as boas práticas já implementadas e as recomendações indicadas.

Refere-se a marcação em diferentes pavimentos dos percursos pedonais e da criação de um maior número de lugares destinados a pessoas com alteração da funcionalidade em diferentes espaços das bibliotecas analisadas.

O domínio comunicacional tem um papel auxiliador indiscutível para a promoção da autonomia na circulação e exploração do espaço.

Um completo sistema de comunicação que desempenhe as suas funções de identificar, orientar no espaço e regular a sua utilização, em comunidade, harmonia, tolerância e respeito pela diversidade, é um contributo evidente para uma fruição pedagógica e intelectual de um lugar de lazer e cultura, como o é caso das Bibliotecas da Rede Municipal de Lisboa.

Porém, a eficiência da orientação no espaço e identificação dos serviços prestados está muitas vezes comprometida pela incorreta exposição, posicionamento e dimensão da informação, ou ausência de meios alternativos de comunicação.

A implementação de uma estratégia no domínio comunicacional assenta na localização da informação em função dos percursos e necessidades de um público plural, pela colocação da informação de acordo com a proximidade ou afastamento do leitor e pela otimização das condições de transmissão e receção da informação seja ela visual, auditiva ou tátil.

A iluminação é outro elemento que deve ser considerado neste domínio. A iluminação, se utilizada em harmonia com materiais adequados aos diversos espaços e pavimentos, assume-se como elemento definidor da característica mais ou menos privada de um espaço e do enquadramento visual de uma mensagem. A sua adequada aplicação é fundamental para a boa legibilidade da informação, prevenção de situações de encandeamento, reflexo ou escuridão.

A avaliação realizada no domínio de equipamentos permite identificar situações de desajustamento. As alturas a que se encontram os diferentes balcões de atendimento ao público inviabilizam a sua utilização por pessoas com a mobilidade comprometida.

Também as alturas a que se encontram as estantes tornam-se de acesso proibitivo a um número significativo de utilizadores. As mesas e cadeiras são, por vezes, desajustadas à diversidade dos utilizadores.

As recomendações referidas no domínio dos equipamentos procuram responder às exigências requeridas pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto que aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais.

As recomendações que se apresentam direccionam-se para a resolução dos problemas detetados no domínio do mobiliário, procurando que a solução a implementar mantenha as características do desenho original existente, mantendo a integridade volumétrica e material do conjunto.

O domínio da assistência personalizada surge, neste contexto, como um serviço de apoio individualizado. Recorde-se que a autonomia é a capacidade de tomar decisões e de gerir a sua vida e independência e a capacidade para desempenhar o maior número possível de atividades quotidianas sem a ajuda de outrem.

A habilitação dos profissionais que prestam este apoio em áreas da diversidade e da funcionalidade humana é uma prioridade para um serviço que se pretende de excelência. A formação dos profissionais proporcionará um maior conhecimento acerca da diversidade humana e da sua condição de funcionalidade, melhorando o acolhimento destes públicos nos espaços e atividades que a Rede das Bibliotecas Municipais de Lisboa oferece, contribuindo assim para uma maior participação na vida cultural.

Bibliografia

- ADA – Checklist for Existing Facilities. [Em linha]. [Consult. 03.12.2014]. Disponível na Internet: URL:<http://www.ada.gov/racheck.pdf>
- FUNDAÇÃO LIGA. Acessibilidade. [Em linha]. [Consult. 03.12.2014]. Disponível na Internet: URL:<http://www.fundacaoliga.pt/content/default.asp?idcat=ACESSIBILIDADES&idCatM=ACESSIBILIDADES&idContent=2DC4B442-3FAA-4B73-8EE0-0F25C60382F6>
- INR, Instituto Nacional de Reabilitação – Acessibilidades. [Em linha]. [Consult. 03.12.2014]. Disponível na Internet: URL:<http://www.inr.pt/category/1/1/acessibilidades>
- IRVALL, Birgitta and NIELSEN, Gyda S. (2005) – Access to libraries for persons with disabilities – Checklist. [Em linha]. IFLA Professional Reports : 89. [Consult. 03.12.2014]. Disponível na Internet: URL:<http://archive.ifla.org/VII/s9/nd1/iflapr-89e.pdf>
- LATIMES, Karen and NIEGAARD, Hellen. (2007) – IFLA Library Building Guidelines: Developments & Reflections. [Em linha]. Munich: K.G. Saur. [Consult. 03.12.2014]. Disponível na Internet: URL:<http://www.ifla.org/publications/ifla-library-building-guidelines-developments-reflections>
- PORTUGAL. DIÁRIO DA REPÚBLICA – Decreto-lei 163/2006. [Em linha]. [Consult. 03.12.2014]. Disponível na Internet: URL:http://www.inr.pt/bibliopac/diplomas/dl_163_2006.htm
- ROY, Catherine (2006) – Accessibilité. [Em linha], [Consult. 03.12.2014]. Disponível na Internet: URL:<http://vecam.org/article609.html>

ⁱ Neste Projeto participaram a CML, a BLX, o IST, a Fundação LIGA e o INR. O Projeto foi cofinanciado pela Fundação LIGA e pelo programa de financiamento do INR, I.P. às ONG